

11 JAN 1994

Cobertor Curto

Os três governadores indigitados por José Carlos Alves dos Santos por freqüentarem o gabinete do anão-mor produziram suas versões em igualdade de condições, dada a indivisibilidade da suspeita: depuseram disfarçadamente no mesmo dia, em Brasília, na CPI do Orçamento. Recorreram à falta de originalidade com a alegação de defender os interesses dos seus estados. A desculpa é um cobertor curto porque a questão passou a ser a falta de proporção entre os recursos movimentados em suas contas bancárias e a origem das quantias.

Édison Lobão (PFL, Maranhão), João Alves Filho (PFL, Sergipe) e Joaquim Roriz (PP, Distrito Federal) nada acrescentaram às desculpas atrás das quais os suspeitos enxugam as mãos na toalha do interesse público. O título de governador foi escudo para a omissão de responsabilidade até no esclarecimento do hábito que está matando e enterrando toda uma geração de políticos brasileiros.

Nenhum deles conseguiu desfazer a desconfiança que envolve a trindade. Não permitiram a presença de câmeras, fotógrafos e repórteres. Deu para desconfiar de que, gostando de aparecer, estivessem querendo esconder-se na hora de explicar. O mais irritado, talvez pela viagem mais longa, foi o governador do Maranhão. Não quis conversa. Escoltado pelos deputados maranhenses Zequinha Sarney e José Reinaldo, o governador Lobão empacou e protestou contra a quebra do sigilo bancário e o exame do patrimônio e das contas. Sem isso, de que adiantaria convocá-lo?

"Não há nada a explicar. Não tenho de justificar coisa nenhuma", proclamou o governador Lobão,

que começou no jornalismo político (onde, por sinal, sempre foi um mediocre) em Brasília e, com o correr do tempo, migrou para a política propriamente dita. Prometeu explicar-se à Receita Federal. Não seja por isso: a CPI pode convocar a prestar esclarecimentos um agente da Receita Federal, Bráulio Café, cuja especialidade, depois que se aposentou, é fazer as declarações anuais dos integrantes do grupo Sarney e da família do ex-vice-presidente.

Nas próximas oportunidades, Lobão & Cia. acabarão falando. Depois desta CPI, sobre participação de parlamentares, outras serão criadas. A corrupção acumulada não se esgota no Congresso. Os três não perdem por esperar: ganham experiência e aprendem que não adianta negar. Quando a diferença entre a origem dos recursos e a movimentação das contas precisa de explicação, só a confissão resolve.

Os três governadores postos sob suspeita enquadram-se pelo menos em omissão, cumplicidade ou ingenuidade. Nenhum dos três faz satisfatoriamente a terceira. Enquanto não provarem o que alegam, não podem se queixar. Todos pediram prazo para apresentar documentação que ficaram devendo. Se fossem inocentes, não teriam perdido a oportunidade de deixar tudo em pratos limpos. Quem compra e vende (fora da vida pública, bem entendido) guarda recibos e comprovantes. Por que políticos querem ser diferentes?

A opinião pública não engole a explicação que desaperta para a esquerda, de que a diferença entre o que receberam e o de que dispõem decorre da sonegação. Não se explica um crime com outro.